

---

*O caráter anarquista nas comemorações do  
Primeiro de Maio no jornal A Voz do Trabalhador  
(Rio de Janeiro 1908-1915)*

*The anarchist character in the First of May celebrations in the news  
paper A Voz do Trabalhador (Rio de Janeiro 1908-1915)*

João Carlos Marques\*

---

**Resumo:** O texto objetiva analisar o caráter anarquista na forma de comemorar o Primeiro de Maio no Brasil nos primeiros anos do século XX por meio do jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*, editado no Rio de Janeiro pela Confederação Operária Brasileira, entre os anos de 1908 e 1915. O estudo pretende discutir e compreender o significado que os anarquistas atribuíam à data durante a Primeira República. Os editores de *A Voz do Trabalhador* se esforçaram, nas páginas do periódico, para restituir e conscientizar o operariado nacional sobre o “verdadeiro significado” da data, em oposição a outras formas de marcar o Primeiro de Maio, como a versão de grupos socialista que entendiam que a data deveria ser comemorada com festas, um dia de homenagem ao trabalhador.

**Palavras-chave:** Primeiro de Maio; anarquismo; movimento operário.

**Abstract:** The text aims to analyze the character of the anarchist way to celebrate the first of May in Brazil in the early years of the twentieth century through the anarchist newspaper *A Voz do Trabalhador*, edited in Rio de Janeiro by the Brazilian Workers Confederation, between the years 1908-1915. The study aims to discuss and understand the meaning ascribed to that anarchists date during the First Republic. The editors of *The A Voz do Trabalhador* struggled in the pages of the journal, to restore the working class and national awareness about the “real meaning” of the date, in opposition to other forms of marking the First of May, as the version of socialist groups who understood that the date should be commemorated with celebrations, a day of tribute to the worker.

**Keywords:** First of May; anarchism; labor movement.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Bolsista da Capes. *E-mail:* joao.carlos\_m@yahoo.com.br

## Introdução

A grande manifestação internacional com data marcada, na qual os trabalhadores unidos intimidariam os Poderes Públicos a reduzir a jornada de trabalho, o dia dedicado a paralisações e manifestações escolhido pelo movimento operário internacional foi o Primeiro de Maio. A escolha da data tem origem nas resoluções da Segunda Internacional Operária, que se realizou em Paris, em julho de 1889. No congresso ficou estabelecido que a primeira manifestação operária ocorreria em 1890. (PERROT, 1992).

No Brasil, de 1890 não se encontraram registros a respeito de comemorações do Primeiro de Maio na imprensa operária e na oficial, somente em 1891 a imprensa nacional faz a primeira referência à comemoração da data, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. (PETERSEN, 1981, p. 31).

A escolha do Primeiro de Maio, a partir da Segunda Internacional, coincide com a mesma data estabelecida em 1888 pelo Congresso de Saint Louis da Federação Norte-Americana do Trabalho, para reivindicar a redução da jornada para oito horas. (PERROT, 1992).

Segundo Michelle Perrot, a ideia de uma manifestação operária internacional está presente desde 1883, principalmente nos meios libertários. Segundo a autora, aos anarquistas franceses deve-se a ideia de greve geral e a prática da intimação, por ocasião da grande manifestação de sem-trabalho de março de 1883, em Paris, e aos anarquistas americanos cabe à escolha do Primeiro de Maio e das oito horas, sobretudo pela sua experiência de luta que, de certa forma, sacralizava a data. (PERROT, 1992, p. 132).

Para os anarquistas, a escolha da data está relacionada com os acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos, no ano de 1886. No dia 1º de maio daquele ano foi realizada, na cidade de Chicago, uma grande manifestação em favor da redução da jornada de trabalho para oito horas. Os policiais reprimiram os manifestantes com grande intensidade levando os dirigentes sindicais a organizarem, em 4 de maio do mesmo ano, um novo comício de protesto contra a violência praticada pelas autoridades. A polícia novamente resolveu atacar os manifestantes, conforme relato de Luciana Arêas:

Cerca de três mil pessoas compareceram ao *meeting*, inclusive muitas mulheres e crianças. Quando a chuva e o frio já haviam reduzido os assistentes a menos de 200, surgiu um destacamento

policial com 140 homens. De repente, uma bomba de origem indeterminada explodiu no meio dos policiais. A reação foi imediata e violenta. Os agentes abriram fogo contra a multidão, que tentou fugir desesperadamente. Ao término do conflito, 60 policiais encontravam-se feridos, dos quais seis não conseguiram sobreviver. [...] Oito dirigentes sindicais foram acusados do assassinato dos policiais; no final do processo, cinco deles foram condenados à morte e os outros três à prisão [...]. (1997/1998, p. 10).

Dentre os manifestantes condenados o mais jovem suicidou-se, os outros quatro foram enforcados em 11 de novembro de 1887, e outros três ficaram presos até 1893 quando o governador do Estado de Illinois revisou o processo, concluindo que todos os trabalhadores condenados, inclusive os executados, eram inocentes. Dessa forma, a data entrava para o calendário proletário como um dia a ser lembrado pelo sangue derramado em prol dos trabalhadores, com isso a data estava legitimada pelos “Mártires de Chicago”.

No Brasil, as comemorações do Primeiro de Maio, sobretudo no Rio de Janeiro, segundo Luciana Barbosa Arêas (1997/1998), permaneceram pouco constantes durante toda a década de 90 (séc. XIX). Em alguns anos como em 1893, as comemorações resumiram-se em uma discreta sessão solene. Porém, com a entrada do século XX, a data se consolidou acompanhando o processo de crescimento da classe operária, contribuindo para que entre 1901 e 1929 o Primeiro de Maio fosse comemorado no Rio de Janeiro sem interrupções. As formas de marcar a data foram ganhando concepções diferentes daquelas defendidas pelos sindicalistas revolucionários franceses e americanos, ou seja, as comemorações da data nos primeiros anos do século XX no Brasil se caracterizam por

salva de tiros na aurora, saudando o grande dia; ida de comissões de operários aos cemitérios para prestar homenagem aos companheiros mortos, [...] festivais comemorativos, dos quais constavam geralmente uma conferência, peças teatrais e um baile “familiar”, harmonizando, desta forma, a propaganda da doutrina e a simples diversão. Geralmente à noite eram realizadas sessões solenes nas sedes das associações operárias. (ARÊAS, 1997/1998, p. 37).

Ou seja, nesse período, no Brasil, as comemorações do Primeiro de Maio apresentavam um caráter mais festivo do que reivindicativo. Na data, as instituições ligadas aos operários realizavam bailes e festas em homenagem ao trabalhador.

Entretanto os imigrantes europeus tiveram um papel significativo na forma de marcar a data ao longo da Primeira República, pois traziam para o país ideologias negadoras como o anarquismo,<sup>1</sup> contribuindo de certa forma para a ressignificação e a mudança progressiva no caráter festivo da data.

Entre os fatores que contribuíram para que o anarquismo prevalecesse como ideologia do movimento operário brasileiro sobre outros tipos de corrente, como o socialismo, por exemplo, “deu-se menos às características do tipo de trabalhador que militava nesse movimento e muito mais às condições políticas do Brasil da Primeira República”. (BATALHA, 2003, p. 172).

Ou seja, uma ideologia que, em sua maior parte, pregava mudanças através do processo eleitoral encontrou algumas dificuldades no âmbito nacional no início do século XX, pois o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores era limitado e mesmo com a República a expectativa positiva logo cedeu lugar a uma grande desilusão. As características do sistema eleitoral da época diminuía as chances de voto aos partidos operários; além disso, a percepção de que o sistema eleitoral era fraudulento afastava a maioria dos eleitores potenciais, o que tornava fácil a eleição de candidatos fora dos partidos dos trabalhadores, já que restavam os eleitores que auferiam algum tipo de benefício através de relações clientelistas com os chefes políticos ou então com aqueles que, de alguma maneira, eram coagidos a participar ou simplesmente os poucos que acreditavam poder mudar a situação através do voto. (BATALHA, 2003).

Apesar da forte presença do anarquismo no movimento operário brasileiro nesse período será o anarco-sindicalismo ou sindicalismo revolucionário que irá se destacar enquanto ideologia no interior do movimento. O anarco-sindicalismo, como ficou conhecido pelos estudiosos do movimento operário, teve uma “nítida influência do anarquismo”; porém, segundo Claudio Batalha, o sindicalismo revolucionário não se trata apenas de uma ramificação do anarquismo, mas de uma corrente autônoma. (2000, p. 28-29).

O sindicalismo revolucionário desenvolveu-se a partir do modelo da política adotada pela Confederação Geral do Trabalho francesa, que valoriza o sindicato não apenas por ser um órgão de luta, mas por ser um núcleo

básico da sociedade do futuro, capaz de agrupar e de solidarizar os operários conscientes com base em seus interesses econômicos comuns. No Brasil, durante a Primeira República, o sindicato era defendido pelos sindicalistas revolucionários como órgão de luta, recusando funções assistenciais e deveria ser aberto aos operários de todas as tendências políticas. Via na solidariedade sua verdadeira força. Sendo assim, o sindicato pretendia se tornar um instrumento capaz de levar o operariado à transformação social, servindo como ambiente para o desenvolvimento das ideias libertárias.

Em outras palavras, o sindicado, a partir da perspectiva revolucionária, deveria ser um local de aprendizado e preparação para a conquista dos direitos negados à classe operária. Um lugar propício para que o operariado tomasse consciência de si, do valor de sua personalidade e ainda um ambiente de aquisição dos conhecimentos negados à classe trabalhadora pelo ensino formal. (AZEVEDO, 2002, p. 89).

No início do século XX, por meio das organizações operárias, dos sindicatos e principalmente da imprensa anarquista, os líderes do movimento operário chamavam a atenção do operariado nacional para a necessidade de luta e resistência no grande dia. Os líderes anarquistas não mediram esforços para atribuir ao Primeiro de Maio o significado de luta, de paralisação e, sobretudo, um dia de luto pelos operários mortos em Chicago, em 1886. Nesse período, a imprensa anarquista foi não somente um porta-voz do operariado, mas serviu como principal instrumento de difusão e conscientização sobre o “verdadeiro significado” que, aos olhos dos sindicalistas revolucionários, a data deveria ter para a classe trabalhadora.

### **Divergências na forma de marcar a data no Brasil nos primeiros anos do século XX**

Para os líderes anarquistas só a educação garantiria o êxito da revolução social, ocupando um lugar central no pensamento libertário; a educação desempenharia a função de tornar possível o acesso a uma consciência revolucionária. Nesse esforço em favor da educação, a imprensa operária era o principal meio de expressão utilizado pelos líderes do movimento operário durante a Primeira República brasileira.

Na imprensa proletária, textos e imagens eram utilizados para demonstrar a condição de vida e de trabalho das famílias operárias e, com isso, convocar os trabalhadores a saírem às ruas para reivindicar melhores condições.

A utilização do jornal (como veículo de comunicação) foi de grande importância para a organização da classe trabalhadora brasileira nos primeiros anos do século XX. Por meio das páginas dos periódicos, as lideranças operárias procuravam orientar e informar seus leitores. O jornal era utilizado como um instrumento para defender e organizar a classe trabalhadora, ou seja, procurava “educar para formar”. Porém, essa tarefa se completava com a organização dos trabalhadores em associações de resistência, sindicatos e ligas operárias. Por meio dessas entidades, buscavam avançar nas lutas.

O formato dos jornais variava de acordo com as condições financeiras e máquinas disponíveis ao grupo editor, predominando o formato tabloide. O número de páginas não era padronizado, o conteúdo a ser editado e os recursos é que determinavam a quantidade de páginas. As edições dedicadas ao Primeiro de Maio ganhavam destaque com imagens e textos doutrinários alusivos à data, demandando um número maior de páginas. Porém, isso somente era possível caso o jornal recebesse doações suficientes para realizar as publicações ampliadas; para isso, nas edições que antecediam a data os editores publicavam apelos, a fim de arrecadar fundos para as publicações especiais.

No Primeiro de Maio, os editores ampliavam as edições comemorativas procurando conscientizar o proletariado a respeito do “verdadeiro significado” da data, e cartas, textos, imagens alusivas à data eram produzidas e reproduzidas pelos próprios operários, com o objetivo de reforçar a mensagem que queriam defender.

Devido à facilidade de transmissão da mensagem ao leitor, a imagem foi utilizada pela imprensa operária como um atrativo para os trabalhadores semianalfabetos ou analfabetos. Esses trabalhadores utilizavam a imprensa em leituras coletivas em bares e associações operárias, ou seja, a imagem não possuía um papel apenas de “ilustração complementar ao discurso verbal, mas também era uma outra linguagem para a expressão dos mesmos ideais que permeavam a ação libertária”. (AZEVEDO, 2002, p. 170).

Entre os periódicos operários que se destacaram, durante os primeiros anos da Primeira República, encontra-se o jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*. O periódico foi editado pela Confederação Operária Brasileira (COB) entre 1908 e 1915, no Rio de Janeiro, ambos criados no Primeiro Congresso Operário de 1906. Durante sua existência, o jornal passou por grandes dificuldades financeiras levando à paralisação, inúmeras vezes, de suas edições regulares.

Apesar do longo período em que foi publicado, entre dezembro de 1909 e janeiro de 1913, *A Voz do Trabalhador* não recebeu edição devido às condições financeiras da Confederação Operária brasileira. O retorno de suas atividades foi motivado pela organização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, marcando uma nova fase do jornal que, devido às críticas dos congressistas, seguiu uma linha mais revolucionária em comparação à primeira fase, sobretudo nas edições dedicadas ao Primeiro de Maio.

Os acontecimentos de 1886, na cidade de Chicago, levaram a opinião pública mundial a tomar conhecimento de que também nos Estados Unidos as ideias libertárias estavam sendo condenadas. O episódio serviu de estímulo à luta e à organização operárias.

Nesse sentido, a data para o operariado era compreendida como a mais importante do ano. Porém, as comemorações no Brasil (da mesma forma que no movimento operário internacional)<sup>2</sup> apresentavam divergências tanto quanto à forma de comemorá-la quanto à sua interpretação.

Inicialmente, as divergências eram evidentes entre os anarquistas e socialistas. Para os últimos a data deveria ser dedicada à celebração do trabalho, uma homenagem ao trabalhador, pois, além de dignificar o homem, o trabalho, segundo essa visão, constitui o grande impulsionador da evolução do mundo.

Por outro lado, os líderes anarquistas criticavam a forma como os socialistas comemoravam o Primeiro de Maio, pois, para eles, não havia na sociedade capitalista nenhuma razão para a realização de festas em homenagem ao trabalho, ou seja, a data, na visão anarquista, deveria ser marcada por protestos, greves, boicotes, manifestações públicas, paralisações. A “festa do trabalho”, segundo a concepção anarquista, tinha a intenção de iludir os operários impedindo-os de participarem de manifestação de protesto, com isso desvirtuando o “verdadeiro significado” da data.

Em 1906, com a realização, no Rio de Janeiro, do Primeiro Congresso Operário brasileiro, entre suas resoluções definiu-se como o operário nacional deveria celebrar a data. Para os congressistas, diante da sociedade capitalista, os trabalhadores deveriam se conscientizar e lutar contra a exploração burguesa e não comemorar com festa o grande dia operário, segundo os articuladores do congresso:

Considerando:

que o operariado, agrupando-se em sociedades de resistência, afirma por esse simples fato a existência de uma luta de classes, que ele não criou, mas que se vê forçado a aceitar; que as condições econômicas, fonte de toda a liberdade, são, para o movimento, péssimas, e que o trabalho está escravizado sob o peso das injustiças, tanto que, para melhorar ou libertar os trabalhadores não tem outro recurso contra o poder e a riqueza acumulados nas mão dos patrões, senão a associação, a solidariedade dos seus esforços; que, portanto, não se pode realizar uma “festa do trabalho”, mas sim um protesto de oprimidos e explorados; que a origem histórica do 1.º de Maio, que nasceu da reivindicação, pela ação direta, das oitos horas de trabalho, na América do Norte, e do sacrifício das vítimas inocentes de Chicago, impede que essa data seja mistificada pelas festas favorecidas por interessados na resignação e imobilidade do proletariado. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/5/1913, p. 2).

Ou seja, o Congresso Operário reprovava a maneira como se comemorava a data no País, incitando o operariado brasileiro a restituir o “verdadeiro significado” ao Primeiro de Maio. A data deveria, segundo os articuladores do Congresso, ser um dia de luta e luto pelos “Mártires de Chicago”.

Nas edições dedicadas ao Primeiro de Maio, a imprensa anarquista do início do século XX procurava reforçar o “verdadeiro significado”, apresentando os elementos que constituiriam a origem da data como um dia universal do trabalhador. Segundo *A Voz do Trabalhador*, na edição de 1909, o dia deveria ser

dedicado à confraternização do operariado universal. Todos que trabalham devem considerar esta data a maior que o ano possui, porque ela não só lembra o sangue das vítimas de Chicago, como prova que a burguesia rústica e ignóbil tem praticado todas as misérias na sociedade atual.

Todas as misérias sim, porque ao operário é negado aquilo que lhe pertence de direito. Não se lhe faz justiça, sacrifica-se-lhe por protestar contra a ambição do potentado, enfim, ele é a vítima dessa fúria hedionda. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/5/1909, p. 1).

Mais adiante, na mesma edição, um dos colaboradores do jornal publica um texto enfatizando o significado da data para os anarquistas. O significado defendido no artigo pode ser identificado já no título do texto. O artigo intitulado “Festa ou Protesto?” é assinado por Eurípides Floreal. Nele o autor explicava como o Primeiro de Maio deveria ser compreendido pelos trabalhadores, ou melhor, “por todo aquele que, através dos tempos, tem passado uma vida infame e cheia de miséria”. Ainda nas palavras do articulista, “todos os explorados, vítimas da má organização social, devem reservar para esse dia o seu protesto contra esta sociedade infame, que através de todos os séculos vem explorando barbaramente todos àqueles que trabalham”. A fim de não restar dúvidas ao leitor do periódico, o texto continua enfatizando os motivos para que a data seja de protesto e não de festa:

Esse dia deve ser de revolta, e não de festa; digo de revolta, porque creio ser necessário revoltarem-se todos os seres que mourejam diariamente dentro das oficinas, nas fábricas, nas minas e nos campos, contra essa sociedade nefanda, que procura artimanhosamente escravizar-nos [...]. Digo que não deve ser de festa porque festejar o trabalho na atual sociedade, seria o mesmo que estarmos contentes com esta corrente tirânica que nos oprime e satisfeitos com o jugo aniquilador que nos faz curvar sob o seu peso. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/5/1909, p. 2).

Nas edições alusivas ao Primeiro de Maio, o periódico convocava os trabalhadores a paralisarem suas atividades para “engrossar as filas do exército proletário” nas passeatas e manifestações na rua, ou seja, os editores entendiam que somente com sua união operária o “polvo social que cravando seus tentáculos no lar operário, deixando semente a miséria, a tuberculose, a prostituição e a ruína pode ser derrotado”, defendendo ainda a necessidade de que os operários demonstrassem o seu descontentamento “por toda a miséria que invadia seus lares”. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º/5/1915, p. 3).

As comemorações do Primeiro de Maio durante a Primeira República, segundo Luciana Barbosa Arêas, apresentam duas interpretações dominantes: a primeira “considerava o Primeiro de Maio um dia de lembrança e de luto pelos militantes mortos em Chicago no ano de 1886” (como já mencionado). Os militantes de Chicago eram considerados mártires por terem se sacrificado pela causa do operariado e da humanidade em geral. Além do luto pelos “Mártires de Chicago”, eram lamentadas as mortes de outros militantes

como a do pedagogo espanhol Francisco Ferrer. Essas interpretações contribuíram de forma direta no modo de celebrar a data no país. (ARÊAS, 1997/1998, p. 19).

A segunda interpretação estava associada à conquista da jornada de trabalho de oito horas, relacionada diretamente com a origem da data, pois a luta pela redução da jornada foi o principal objetivo da mobilização norte-americana em 1886 e da resolução do Congresso de Paris, em 1889. (ARÊAS, 1997/1998, p. 20).

Apesar de todas as divergências em torno da forma de marcar a data, as lideranças operárias entendiam que esse dia deveria ser marcado pela demonstração pública da presença operária nas cidades, fosse através de desfiles ou de manifestação de protesto. Nas palavras de Isabel Bilhão:

O Primeiro de Maio viveu, portanto, desde o seu surgimento, a disputa por sua “paternidade” e a divergência em torno da sua forma de representação, mas apresentou também uma emblemática convergência de esforços para “dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo”, tornando-se assim um momento-chave que, ao ser apropriado de diferentes maneiras por grupos operários em todo o mundo, transformou-se num dos mais importantes símbolos de identificação internacional do operariado. (2008, p. 205).

A partir de 1907, as comemorações em âmbito brasileiro foram reelaboradas pelo movimento operário. As atividades que eram realizadas na parte da manhã, como salva de tiros e ida ao cemitério, diminuíram de intensidade, mostrando a mudança na forma de marcar a data, uma vez que essas práticas passaram a ser consideradas pouco eficazes para as causas operárias. (KOCHER, 1986, p. 87).

Entre 1923 e 1929, as manifestações parecem não ter ganhado feições novas, o comício em espaço público continuou sendo a principal forma de manifestação. O que marcou o período foram as novas divisões ocorridas dentro do movimento operário, pois militantes anarquistas e comunistas passaram a realizar comícios em locais separados no Rio de Janeiro. Os primeiros na Praça Onze, e os de influência comunista, na Praça Mauá. (BATALHA, 2004, p. 107).

Durante o governo de Artur Bernardes, nas comemorações do Primeiro de Maio, os operários sofreram repressão policial, sobretudo durante os anos de 1924 e 1926 com o estado de sítio que impedia a livre-comemoração da data. Somente após 1927, com o fim do Estado de Sítio, o movimento operário assistiu a uma breve retomada de sua organização. (KOCHER, 1986, p. 124).

A campanha de apropriação da data pelo Estado pode ser verificada ainda na Primeira República, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, pois, entre os anos que esteve no governo (de 1911 a 1914), ocorreram atos oficiais em homenagem à data e à transformação progressiva do Primeiro de Maio em feriado nacional, o que ocorreu em 26 de setembro de 1924, quando Artur Bernardes decretou que o Primeiro de Maio passaria a ser considerado feriado nacional, transformando a data em um dia facultativo para o trabalhador.

A transformação da data em feriado nacional retirava do operariado a condição de protesto para atingir os patrões a partir de paralisações. Transformando o dia em feriado, o “operariado não mais se ausentaria do trabalho porque estava enfrentando seu patrão e mostrando-se solidário para com seus companheiros, mas porque o governo havia concedido a folga”. (ARÉAS, 1997/1998, p. 17).

Mesmo com a campanha de apropriação da data por parte do Estado, o caráter de protesto não deixou de existir e mesmo nos anos em que houve a concorrência das comemorações promovidas pelo governo e que contavam com o apoio de vários sindicatos “amarelos”,<sup>33</sup> as manifestações operárias continuaram.

Apesar dos esforços de Hermes da Fonseca, o governo não conseguiu monopolizar em suas mãos as comemorações do Primeiro de Maio, nem anular de forma definitiva a ação das associações e dos sindicatos operários, principalmente os que estavam vinculados à ideologia anarquista.

### **Considerações finais**

As comemorações do Primeiro de Maio no Brasil, durante o período analisado, foram caracterizadas por divergências, tanto em sua interpretação quanto na forma de marcar e comemorar a data pela classe operária. Porém, todos pareciam entender que o dia deveria ser dedicado à exaltação do operariado com passeatas e comícios.

Por meio de pesquisas realizadas, foi possível compreender a preocupação dos líderes libertários em conscientizar o trabalhador a respeito de sua condição de explorado e de vítima da sociedade capitalista. O processo de conscientização, promovido pelos líderes do movimento operário, passava pela organização de eventos, de associações operárias, por meio do sindicato e, sobretudo, pela imprensa operária que muitas vezes tinha uma vida efêmera, mas que, no caso de alguns veículos, desempenhava um papel mais importante do que o próprio sindicato devido ao seu poder de alcance.

Os jornais anarquistas procuraram difundir entre os operários o que para eles seria o verdadeiro significado da data, buscando, no passado do movimento operário, sua legitimação e significação, defendendo que o dia deveria ser dedicado a paralisações, greves, reivindicação, condenando a forma como os operários inconscientes comemoravam a data com festas. Tal situação ocorria, segundo os líderes libertários, porque os trabalhadores desconheciam o “verdadeiro significado”, ou então, por serem enganados pelas versões festivas.

Como mencionado, o verdadeiro significado da data defendido pelos anarquistas era o de luto pelos “Mártires de Chicago”. Os anarquistas e sindicalistas revolucionários não mediram esforços para se colocar contra as tentativas de apropriação realizadas por grupos que, segundo eles, desvirtuavam sua verdadeira origem da mesma forma que condenavam a festa do trabalho.

O Primeiro de Maio, portanto, surgiu como uma manifestação internacional em favor da redução da jornada de trabalho para oito horas, pois, para os anarquistas, o dia ideal seria dividido em três partes iguais, uma destinada ao trabalho, outra ao prazer e aos estudos e finalmente uma parte para o merecido repouso.

O Primeiro Congresso Operário brasileiro, realizado em 1906, foi um marco importante na conscientização dos trabalhadores a respeito da maneira, segundo a visão anarquista, de marcar a data, enfatizando seu caráter reivindicatório e de luta em prol dos trabalhadores e do luto operário.

A greve geral que marcaria a data, para os anarquistas, deveria ter hora para começar, mas não para acabar, pois acreditavam que deveriam abandonar as ruas somente após terem conseguido ver suas reivindicações atendidas.

Ou seja, os anarquistas acreditavam que a data deveria ser marcada por greves, manifestações em favor de melhores condições de vida do trabalhador, um dia de revolta. Sendo assim, o Primeiro de Maio, mesmo apresentando

divergências, tanto em âmbito nacional como no internacional, em torno da sua forma de representação significou um dos mais importantes momentos de expressão e ampliação da consciência de classe, presente especialmente nos setores mais organizados do operariado.

## Notas

---

<sup>1</sup> Claudio Batalha desmitifica essa imagem que foi introduzida e cristalizada em estudos realizados nas décadas de 60 e 70 (séc. XX), que apontavam para uma origem estrangeira do operariado brasileiro e sua contribuição para a hegemonia de ideologias, como o anarquismo no movimento operário da Primeira República. Segundo o autor, o mito do imigrante militante, que traz da Europa experiências sindical e política, difusor de ideologias, é visto com crescente reserva na medida em que os estudos sobre a imigração se aprofundam, mostrando que a maioria dos imigrantes provinha do campo e, na maior parte das vezes, não tinha qualquer experiência prévia de engajamento sindical ou político. Porém, isso não quer dizer que não existissem imigrantes com experiência sindical prévia nos seus países de origem, ou então aqueles cuja escolha pela emigração não seu deu por razões de ordem econômica, e sim, por problemas políticos. (BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.).

*Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 148). (BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 163).

<sup>2</sup> Sobre as divergências nos rituais internacionais, ver: DOMMANGET, M. *Historia del Primero de Mayo*. Barcelona: Laia, 1976; SÉGUY, G. *1<sup>er</sup> Mai: les 100 printemps*. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1989; PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 127-164.

<sup>3</sup> Denominação dada, na época, aos sindicatos colaboracionistas, que defendiam a incorporação dos trabalhadores na sociedade, sem a necessidade de reivindicação, ou seja, esperavam que o Estado antecipasse a demanda de direitos aos trabalhadores, através do discurso moral.

## Referências

- ARÊAS, Luciana B. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). *História Social*, IFHC/Unicamp, ns. 4 e 5, 1997, 1998.
- AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Coleções Teses e Monografias, 3).
- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189. (O Brasil Republicano, 1).
- BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 145-235.
- BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: Eduel, 2008.
- DOMMANGET, M. *Historia del Primero de Mayo*. Barcelona: Laia, 1976.
- GAWRYSEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSEWSKI, Alberto (Org.). *Imagens anarquistas: análises e debate*. Londrina: Eduel, 2009. p. 11-42.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão!: Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. .rev. e ampl. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
- KOCHER, Bernardo. *Luto-luta: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro 1890-1940*. 1986. Dissertação (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 1986.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PETERSEN, Sílvia R. F. *Origens do 1º de maio no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; MEC, 1981.
- PINHEIRO, Paulo S.; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: 1889-1930, documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. v. 1.
- SÉGUY, G. *1º Mai: les 100 printemps*. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1989.
- Periódicos:**
- A Voz do Trabalhador*: Órgão da Confederação Operária Brasileira: coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Secretária da Cultura: Centro de Memória Sindical, 1985. (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica).
- VILAR, Cecilio. Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro “como comemorar o 1º de Maio”. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro: Confederação Operária Brasileira, n. 30, ano VI, p. 2, 1º de maio de 1913.
- MATOS, Amaro de. 1º de Maio. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro: Confederação Operária Brasileira, n. 10, ano I, p. 1, 1º de maio de 1909.

